

ENTRE OS FESTEJOS E AS DISPUTAS POLÍTICAS: as comemorações do Sete de Setembro de 1829 no Recife

Lídia Rafaela Nascimento dos Santos
(Universidade Federal Fluminense)

Resumo: As comemorações do Sete de Setembro de 1829 foram extraordinárias, houve uma nova forma de organização dos festejos que mobilizou de forma intensa o espaço cultural da cidade e também funcionou como uma estratégia importante no jogo de forças provincial. Uma série de publicações dos jornais: *Abelha Pernambucana*, *O Constitucional*, *O Cruzeiro e Diário de Pernambuco* abordaram esses festejos. Há relatos de festas em diversas partes do Recife, construindo a percepção de uma profusão de eventos que congregou diferentes segmentos da sociedade. Os festejos foram apropriados de formas diferenciadas pelos periódicos, que travaram entre si um debate sobre os significados e objetivos da organização desses grandiosos festejos, envolvendo questões referentes à organização do Estado Nacional e colocaram as festas em uma nova posição frente à opinião pública.
Palavras-chaves: Festa, Independência, Sociabilidade

Resumè: Les célébrations de la Sept Septembre 1829 ont été extraordinaires , il y avait une nouvelle forme d'organisation des festivités qui ont mobilisé la zone culturelle de forme intense de la ville et étaient aussi une stratégie importante dans le jeu du pouvoir provincial. Une série de publications a été faite dans des journaux: *Abelha Pernambucana*, *O Constitucional*, *O Cruzeiro* et *Diário de Pernambuco* abordé ces festivités. Il ya des rapports des fêtes dans les différentes parties de Recife , la construction de la perception d'une multitude d'événements qui a réuni les différents segments de la société . Les festivités, ce sont les moyens appropriés par différentes revues qui ont combattu l'autre un débat sur le sens et les objectifs de l'organisation de ces grandes célébrations , portant sur des questions liées à l'organisation de l'Etat national et de mettre les parties dans une nouvelle position sur l'opinion publique.

Mots-clés: Fête, Indépendance, Sociabilité

Festas públicas têm um importante papel social e estão profundamente relacionadas ao seu tempo. No Recife, na década de 1820, eram ocasiões para organização de laços de sociabilidade e de identidades que influenciavam a organização social, além de terem sido parte da tradição inventada de um poder nacional ainda em construção. O Brasil, nesse período, foi marcado por inúmeras transformações, e, entre as mais importantes, está a formação de uma nação. Os marcos desse processo precisavam ser comemorados de tal forma que funcionassem como uma maneira de reafirmar tais conquistas. Como diz Iara Lis Schiavinatto Carvalho, “o espetáculo público das festas oficiais se revelou uma solução interessante pela sua visibilidade, pela agilidade de sua expansão, por ser celebrativo do próprio país, porque o processo de adesão se tornava, assim, um público regozijo”¹.

Uma lei de 1826 definiu os dias de festa nacional para o Império, e, entre eles, o Sete de Setembro foi escolhido como o dia da independência do Brasil.² Nos primeiros anos da

nova situação político-institucional do país, de acordo com Iara Carvalho, o Sete de Setembro fez parte de uma dinâmica de viagens responsáveis pela fundação de uma relação política entre o príncipe e seus súditos, não como a data de comemoração da Independência.³ Progressivamente o grito de “Independência ou Morte” à beira do Ipiranga foi sendo incorporado, exaltando-se o seu aspecto heroico. Hendrik Kraay avalia que a força do sete de setembro era sua natureza polivalente, tanto exaltava uma origem monárquica como, a partir de fins da década de 1820, podia ser interpretado pelos exaltados como uma resposta de dom Pedro I a demandas populares por se romper com Portugal, sendo o monarca visto como servidor da nação⁴.

Os primeiros registros encontrados acerca da comemoração dessa data em Pernambuco foram em periódicos do ano de 1829. Em publicações desses periódicos se faz referência ao fato de nos anos anteriores serem comemorados com celebridade legal, possivelmente de forma semelhante às outras cidades do país em formação. Pelo que foi escrito no Diário de Pernambuco, sabemos que ao menos no ano anterior se festejou essa data no Recife, com um jantar organizado por uma “Sociedade de Brasileiros”.⁵

Pensando como Chartier, que defende que: “Os gestos mudam segundo os tempos e lugares, os objetos lidos e as razões de ler. Novas atitudes são inventadas, outras se extinguem.”⁶ Observou-se que, no ano de 1829, houve uma nova forma de organização dos festejos para comemorar o sete de setembro que tornaram as comemorações do referido ano extraordinárias. As comemorações tornaram-se grandiosas e envolveram grande parte da população.

Outrossim, alguns periódicos que circulavam no Recife criaram uma nova forma de relação com os festejos. Publicações de quatro periódicos trouxeram os festejos para as páginas dos jornais e os colocaram em uma nova posição frente à opinião pública. Para entender o porquê dessa mudança na relação com esse festejo no Recife, precisa-se refletir sobre as peculiaridades do Recife no ano de 1829, bem como caracterizar os periódicos que publicaram sobre o assunto.

1. Os Jornais de Pernambuco, o ano de 1829 e os festejos do Sete de Setembro.

Os periódicos pernambucanos na década de 1820 estavam intrinsecamente associados aos grupos políticos envolvidos no processo de Independência e organização do Estado. Essa

era uma característica geral dos jornais na época do surgimento da imprensa no Brasil, que buscavam marcar e ordenar um espaço complexo, que estava vivenciando diversas transformações. Esses jornais "pretendiam, por meio do debate e do convencimento político, formar povos e nações dentro das perspectivas do moderno liberalismo constitucional"⁷. Eram "veículos político-partidários, e os seus relatos sobre os rituais cívicos eram em si declarações políticas que faziam muito mais que relatar o que se passara"⁸

Na década de 1820, vários problemas entre as elites por vezes ganhavam as ruas de Pernambuco. Após a derrota da Confederação do Equador e a sua violenta repressão, tornava-se ainda mais importante reafirmar em Pernambuco a legitimidade do Estado Nacional e a vitória sobre esse movimento que pôs em risco a unidade do país. Estabeleceu-se uma violenta repressão, que gerou uma atmosfera de medo que possivelmente se refletiu nos periódicos. Segundo Ariel Feldman, entre 1825 e 1828, passaram-se "anos de relativo marasmo nos espaços públicos dessa província."⁹

Em 1829, ano de eleições gerais¹⁰, a discussão ressurgiu bastante polarizada. Houve a República dos Afogados, conjunção de dois movimentos paralelos. No primeiro pouco mais de 20 pessoas cometeram roubos e insultos em Afogados¹¹ e foram rumo ao interior. Em paralelo, surgiram no Recife alguns pasquins e uma proclamação contra o Imperador afixados nas esquinas por quatro dias consecutivos, convocando a população para a rebelião. Se estabeleceu uma devassa que envolveu nomes como o do dirigente do Diário de Pernambuco.¹² Findos esses episódios, a disputa entre os grupos continuou nas páginas de diversos periódicos. Havia dois lados principais representando os ideais dos grupos em disputa pelo poder no Recife oitocentista, um era acusado de ser "absolutista" e outro de ser "republicano e democrático".

Nessa guerra jornalística travada no Recife entre 1829 e 1831, ambos os grupos tentavam atribuir aos rivais os vícios dos extremos políticos, ao mesmo tempo em que procuravam se colocar como o meio-termo ideal, o exemplo de moderação.¹³

Segundo Ariel Feldman, em 1829, circulavam no Recife cinco jornais¹⁴; desses, quatro publicaram sobre as festas da Independência: Abelha pernambucana, O Constitucional, O Cruzeiro e Diário de Pernambuco. Entre as publicações havia uma polarização na opinião sobre os festejos. O Cruzeiro, que representava a sociedade Colunas do Trono e do Altar, tinha entre seus membros "gente que dominava boa parte da burocracia administrativa, militar e judiciária pernambucana."¹⁵, criticava a nova forma de festejar e denunciava as escolhas da

iconografia presente nas festas e os interesses dos organizadores na sua realização. Do outro lado estavam os jornais impressos na Tipografia do Diário: O Abelha Pernambucana, o Constitucional e o Diário de Pernambuco. Acusados de serem “republicanos e democráticos”, ligados ao grupo responsável pela organização de variados festejos para o dia 6 e 7 de setembro. Publicavam textos defendendo os festejos e ressaltavam o seu caráter celebrativo da Independência.

Durante os meses de setembro e outubro, esses periódicos entraram numa espécie de batalha buscando estabelecer junto à sociedade uma imagem dos festejos de acordo com o interesse de cada grupo. Essas publicações trouxeram os festejos para as páginas dos jornais e os colocaram em uma nova posição frente à opinião pública. Foi analisada uma série de publicações sobre os festejos publicadas em quatro periódicos, somando-se um total de 35 publicações espalhadas em diversos números dos jornais analisados, em um intervalo de dois meses de circulação, cuja distribuição podemos ver no gráfico abaixo:

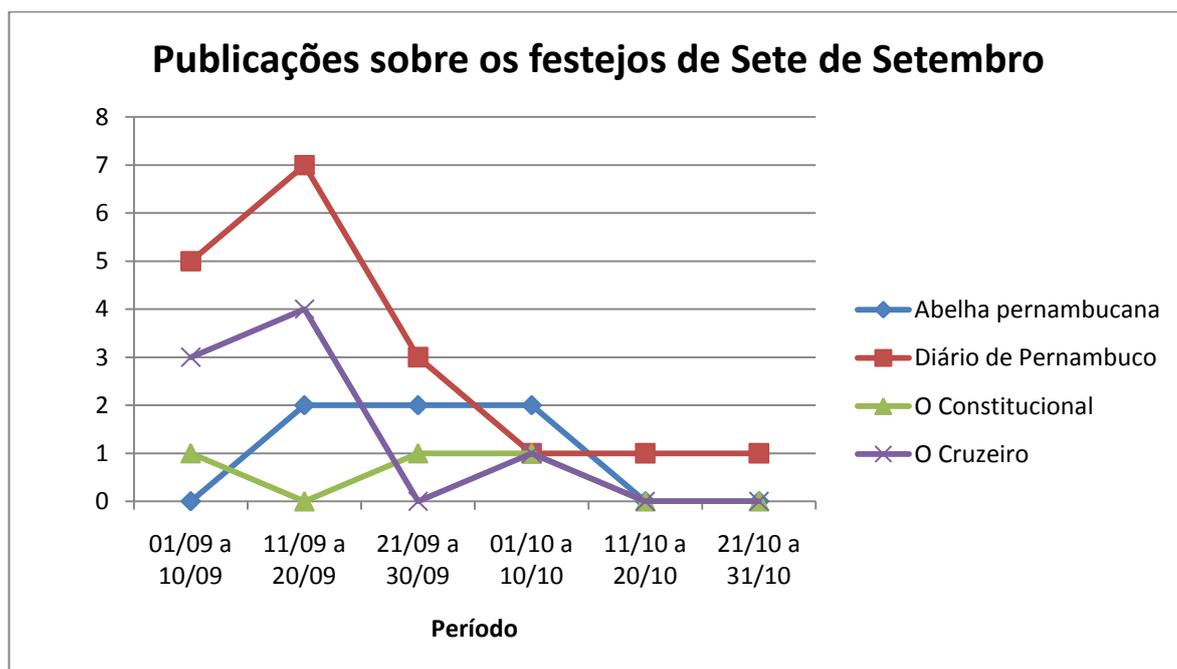


Gráfico 1: Publicações sobre os festejos do Sete de Setembro em 1829

Uma festa, como a descrita pelos jornais, por si só já seria o assunto de muitas conversas no Recife Oitocentista. Considerando o número e a duração de sua repercussão na imprensa periódica, que era, na época, uma das principais formadoras da opinião pública, é razoável pensarmos que, ao menos durante os meses de setembro e outubro de 1829, esse era um dos assuntos principais das ruas da cidade.

Os textos publicados nos quatro periódicos possibilitam múltiplas análises. Nesse texto buscar-se-á tecer um quadro geral dos festejos construído pela leitura dos quatro periódicos e analisar o debate provocado por essa festa. Entretanto, devido aos limites deste trabalho, não serão analisadas a iconografia e a cultura material construída para o festejo, tampouco será aprofundada a análise da disputa política travada nas publicações citadas.

2. Os festejos comemorativos ao dia Sete de Setembro construídos pelos jornais pernambucanos.

A julgar pela leitura dos periódicos, os festejos mobilizaram de forma intensa o espaço cultural da cidade. Houve uma profusão de eventos que congregou diferentes segmentos da sociedade. No início do mês, os periódicos começaram a publicar sobre o assunto. No dia 3 de setembro, o empresário do Teatro anunciou no Diário de Pernambuco que seriam realizados espetáculos nos dias 6 e 7. Os anúncios das peças que aconteceriam na cidade eram muito comuns. Afinal, sem o público, todo o dinheiro, trabalho e tempo investido teriam sido em vão. O empresário avisou que esses espetáculos teriam um preço maior que o de costume, e a justificativa para o aumento foi que iria realizar um “grande espetáculo próprio, e análogo a tão plausível dia”; para tanto iria preparar “iluminação e música dobrada em grande Orquestra e toda a mais pompa e brilhantismo que requer tão fausto assunto”¹⁶.

Um anúncio desse tipo é um indicativo importante dos preparos para festa que devem ter envolvido grande parte da população. Grandes festejos exigem uma forte mobilização social. Uma carta de João Facundo da Silva Guimarães, assinada em 4 de setembro, publicada no jornal O Cruzeiro, informava que uma sociedade da freguesia de Santo Antônio, um dos bairros centrais da cidade, pretendia realizar “uma esmola aos presos da Cadeia, e juntamente iluminação no Pátio do Carmo, e nessa noite juntar-se-ão (os que quiserem) na casa do Doutor Bernardo para isso destinada aonde se aplaudirá o festejo com alguns divertimentos”¹⁷. Para tanto, pedia a colaboração de 10 patacas. Com este dinheiro podia-se, por exemplo, comprar dois alqueires de mandioca¹⁸. Mas, possivelmente, muitos devem ter contribuído com tal festejo, que é uma das práticas “que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de estar no mundo, a significa simbolicamente um estatuto e uma posição”¹⁹

Os divertimentos propostos tinham a função de celebrar a Nação que se formava. Muitos que participaram da organização dos festejos, já tinham, uma ou mais vezes, tentado se aproximar do poder através de movimentos de contestação à ordem estabelecida; organizar

tais comemorações pode ter sido a forma encontrada de mostrar-se fiel ao Estado, ganhar visibilidade pública e até mesmo mostrar a seus opositores que não pretendiam envolver-se nas questões de Estado apenas pela espada e talvez usar desse esforço patriótico para galgar algum espaço no governo.

O editor de *O Cruzeiro* resolveu publicar a carta no dia 7 de setembro²⁰, estrategicamente depois de outra assinada por O Medroso que questionava a lógica de se fazer esmola com o dinheiro dos outros e termina a sua escrita sugerindo que o doutor Bernardo ficaria constrangido quando soubesse da arrecadação de dinheiro para fazerem-se divertimentos em sua casa, e afirmaria: “pois tão pobre sou eu, que não posso dar um baile, e fazer uma iluminação a minha custa”²¹.

Precisamos considerar também que o gasto com os festejos era comum a certos grupos sociais. Como bem afirma Lousada, ao analisar reuniões privadas comuns em Portugal durante o século XIX organizadas para comemorar datas importantes:

A prática implicava despesas, traje adequado, trem e mobiliário. Se para as elites o problema era secundário— as despesas e as dívidas decorrentes da manutenção de um estilo de vida próprio do grupo faziam parte da sua lógica econômica usual— se para as classes populares o problema não se punha— tocava-se a gaita de foles e bailava-se na taberna, na rua ou na pequena casa— para as classes médias implicava o recurso a expedientes vários.

A publicação dessas correspondências gerou discórdia entre alguns que contribuíram para a realização de dito divertimento. E foi o motivo de uma réplica, publicada sobre a forma de correspondência assinada por Manoel Fonseca da Silva, no *Diário de Pernambuco*, essa resposta nos permitiu refletir sobre as estratégias usadas para realização da festa, bem como sobre as estratégias editoriais, especialmente do jornal *O Cruzeiro*.

A carta de Manoel da Fonseca foi publicada no *Diário de Pernambuco* quatro dias depois de a carta de Silva Guimarães ter sido disponibilizada ao público através das páginas do jornal *O Cruzeiro*. Tempo no qual circulava pela cidade que a carta escrita pelo O Medroso seria de sua autoria, posto que ela foi publicada junto a uma carta que ele havia recebido, por ter manifestado o interesse em “concorrer para os festejos do Aniversário da INDEPENDÊNCIA”²². Manoel argumentou que jamais havia enviado cartas para o jornal *O Cruzeiro*, e para garantir a sua inocência escudava-se com os que conheciam seu gênio e pensar. Os mais próximos deveriam conhecer a sua rotina, afinal as pessoas se conheciam relativamente bem na cidade do Recife que crescia, mas não era tão grande assim.²³

Entretanto era preciso explicar como a carta que recebeu foi parar nas páginas de O Cruzeiro. Ele afirmou ter recebido uma visita no dia 5, a qual leu a carta de Guimarães e pediu para levar a carta e mostrar a outrem. Ele consentiu, pois não havia imaginado que seria publicada, ou serviria para dilucidar a carta de O Medroso. Não podemos afirmar se a pessoa que visitou Manoel fosse o autor de uma das publicações, ou se ele simplesmente entregou a carta a alguém que fez chegar às mãos do editor de O Cruzeiro. Ou ainda se essa carta não percorreu um número maior de mãos até chegar às páginas do jornal. Outro argumento utilizado para provar não ser o autor da carta foi o de que respondeu a Guimarães com termos satisfatórios e expressivos, possivelmente fazendo uma contribuição financeira para realização do divertimento, que deve ter sido um desses inesquecíveis para boa parte dos que moravam na cidade.

No dia 10 de setembro, o Diário de Pernambuco começou a publicar relatos sobre como teriam sido as comemorações. Nesse dia, cerca de três páginas e meia do jornal foram dedicadas ao relato de alguns dos festejos organizados. As festas, tais quais, os espetáculos do teatro, começaram na véspera do dia nacional. Na noite do dia 6, a maioria teria optado por reunir-se em companhias que organizaram festejos de formas diferenciadas. Os primeiros festejos publicados pelo jornal foram dois cortejos que tinham como ponto de encontro, praças importantes dos bairros centrais da cidade e seguiram por um longo cortejo de aproximadamente 7 quilômetros para chegar à casa do Governador de Armas que morava na Estância, bairro afastado localizado nas imediações do bairro de Afogados.

Uma das companhias reuniu-se na praça do bairro da Boa Vista, de onde seguiram em cortejo, marchando “a frente uma guarda do 5º Batalhão com a respectiva música”²⁴, que teria participado gratuitamente do festejo. Segundo o jornal O Constitucional do dia 10 de setembro “todas as ruas e a Praça estavam apinhadas, e não era fácil transitar por elas”²⁵. A julgar pelos estudos acerca do cotidiano da cidade, é razoável pensar que entre as pessoas que lotaram os espaços públicos e desfrutaram dos festejos estavam os escravos e homens livres pobres, afinal boa parte da população da cidade era composta por esses grupos sociais. Ainda que fossem relegados às margens das grandes comemorações, eles devem ter organizado ou mesmo improvisado as suas festas para aproveitar o dia da Independência.

A companhia foi seguida de um “Estandarte Nacional” carregado por um índio ricamente vestido. Desde a época joanina, era corriqueiro o uso do índio como símbolo do Brasil, como uma forma de expressar o sentimento de pertencer à terra natal²⁶. O Cruzeiro

questionou esse significado e atribuiu outra possibilidade de significado para o uso dos "naturais da terra", que segundo o periódico, estavam em todos os "teatros da festa",

se eles são figuras simbólicas do Brasil, também ouvi lembrar por um crítico, que aquelas figuras representavam o estado natural do homem tão gabado pelos velhacos revolucionários; mas estou convencido de que não foi nessa acepção, que eles se pintarão nas varandas do Sr. Deão de Olinda.

No cortejo da Companhia da Boa Vista, o símbolo do nacional foi somado a um tradicional símbolo de poder: as pirâmides que "eram comumente utilizadas para imortalizar as ações dos governantes"²⁷. Nesse cortejo a sua simbologia foi ainda reforçada pelas peculiaridades de sua composição:

Tinha na frente da base um quadro de Sua Majestade Imperial recebendo nos braços o Brasil representado por um jovem Índio, e Calcando aos pés o despotismo figurado por um dragão, de um lado via-se uma coroa de fumo e café, de outro uma espada e balança, e no fundo as Armas do Império.²⁸

Esse carro foi alvo de debates envolvendo dois outros periódicos. É importante lembrar, como afirma Chartier, que nas festas onde se exibem "em profusão emblemas e fórmulas. Entre textos e gestos, as relações são, portanto, estreitas e múltiplas, obrigando a considerar em toda a sua diversidade as práticas do escrito"²⁹. O escrito na pirâmide e descrito pelo Diário de Pernambuco trazia elementos complexos para a festividade.

O jornal Abelha Pernambucana explicou a alegoria da seguinte forma. O retrato do Imperador seria "para eternizar a memória da Independência e Emancipação do Brasil; proclamada pelo seu Imperador Constitucional Defensor Perpétuo"; os Índios que puxavam o carro simbolizariam a Nação Brasileira e o dragão sendo pisado pelo Imperador buscaria passar a mensagem de que "é a Nação Brasileira que nesse quadro está sendo salva por S.M.I. e C. das Garras da infame seita da coluna japonesa absolutista representada pelo monstro calcado pelos pés do Imperador do Brasil."³⁰

A pirâmide que, segundo o Diário de Pernambuco, teria sido puxada por índios, possivelmente foi alvo de um olhar de estranheza ou de admiração por grande parte das ruas da cidade. Uma carta publicada no mesmo dia no jornal O Cruzeiro pelo *Pateta das Luminárias* que teria estranhado "uma pirâmide onde vinha colocada a Efigie de S.M.I. puxada por uma aldeia de colomins, e acompanhada por uma centena de homens vestidos todos de calças e jaquetas brancas."³¹

No relato publicado no Diário de Pernambuco afirmava-se “perto de cem pessoas vestidas uniformemente marcharam em ordem militar atrás do carro”³². O jornal a Abelha Pernambucana confirma a cor das vestes informadas pelo periódico adversário e afirma que “tinham chapéus com fitas e topes pregados”³³. Segundo a publicação do Abelha Pernambucana, as roupas brancas eram para “testificar que nesta demonstração de jubilo e gratidão só entravam de animo puro lavado de toda a macha de suspeita” e os chapéus estariam ornados de tal forma por ter sido “aquele mesmo o que S.M.I. e C, adotou depois de chegar na Capital do Império, tendo acabado de proclamar a Independência do Brasil nos bosques no Ipiranga”³⁴.

Ao chegarem à casa do Governador das Armas, cantou-se um “novo hino” acompanhado por uma grande orquestra³⁵, onde já se encontrava o presidente da província. A oficialidade da Guarnição foi convidada para um copo de água, “um lanche, na linguagem da época”³⁶, e o restante da Companhia ficou na parte de fora da casa fazendo sua exibição de seu cerimonial.

Também foi publicado no mesmo dia um relato sobre o festejo organizado pela companhia dos caixeiros. Eles optaram por se reunir na Praça do Comércio, às seis horas da noite com uma das músicas dos batalhões e às sete horas principiaram-se a se iluminar as casas, muitas senhoras teriam ido assistir e segundo o mesmo aformoseavam o espetáculo. Apesar de não haver mais detalhes sobre a participação feminina nessa festa, é difícil acreditar que tenha se limitado a embelezar e ver passivamente o que se acontecia. O festejo teve início com o toque do hino nacional, deram vivas, os que faziam parte da companhia colocaram-se de braços dados e “debaixo de uma rigorosa direção, marcharam”³⁷ por importantes ruas do bairro, em alguns pontos do caminho reiteraram os vivas, seguiram para a residência do Governador das Armas.

Ainda segundo a publicação do Diário, durante toda a “noite não cessaram os vivas a INDEPENDÊNCIA, a Sua Majestade Imperial e Constituição, a Liberdade legal etc. etc.”³⁸ Os vivas tão comuns nas festas cívicas exaltavam elementos centrais na disputa política da época e eram parte imprescindível do simbolismo ritual das festas cívicas. Os gritos entusiásticos precisavam ser controlados, postos que representavam os elementos políticos defendidos pelos organizadores dos festejos. Afinal, como defende Bourdieu,

...O simbolismo ritual não age por si só, mas apenas na medida em que *representa*— no sentido teatral do termo— a delegação: o cumprimento rigoroso do código da liturgia uniforme que rege os gestos e as palavras

sacramentais constitui ao mesmo tempo a manifestação e a contrapartida do contrato de delegação que torna o padre detentor do “monopólio da manipulação dos bens da salvação.”...³⁹

Ao som da música e dos vivas, o cortejo seguia o percurso para a casa do Governador das Armas. Pelo caminho, as principais ruas estavam iluminadas e em algumas janelas apareciam versos alusivos à data. Segundo o texto publicado, duas horas depois de iniciado o cortejo chegaram ao portão do sítio do governador estando em cerca de 300 pessoas uniforme e gravemente vestidas, e pediram licença para entrar. Tendo a companhia da Boa Vista já concluído o seu cerimonial, retiraram-se, e então os caixeiros puderam-se formar colunas e cantar algumas letras.

Entre os que acompanharam os festejos, estavam entre 50 e 60 portugueses. A questão da participação dos portugueses foi duramente criticada pelo jornal O Cruzeiro que destacou o fato dos portugueses não foram apenas convidados, mas voluntariamente haviam se juntado para comemorar. Tal polêmica permanece como alvo dos debates entre os periódicos por algumas publicações.

Em 25 de setembro, o jornal Abelha Pernambucana publicou um longo texto criticando o Jornal O Cruzeiro e entre as críticas incluem as publicações feitas quanto aos festejos da independência, especialmente o fato de criticarem a participação dos portugueses. No dia 29 de setembro o Abelha Pernambucana novamente publicou uma correspondência defendendo a presença dos portugueses. Em primeiro de outubro, o jornal O Constitucional defende que não há problemas na participação dos portugueses, sendo eles inclusive boa parte dos caixeiros que foram autores de um dos festejos. Para o redator:

Enquanto lutávamos pela Independência, e esta podia ser duvidosa; justo era, que a festejássemos com toda a pompa, e fósforo para dar fígas, e mate aos Portugueses. Hoje, que estes estão desenganados a respeito da recolonização, são censuráveis as Festas, são fósforos &c. &c.

No dia 2 de outubro, O Cruzeiro publicou uma carta rebatendo as correspondências publicadas no Abelha Pernambucana que defendia a presença dos portugueses. Pela leitura dos periódicos não se percebe rivalidades entre portugueses e brasileiros durante os festejos. A presença dos portugueses só foi questionada quando a festa passou a ocupar as páginas dos periódicos e a se questionar a sua inserção no jogo de poder local.

Como analisa Gladys Sabina Ribeiro, os conflitos entre portugueses e brasileiros eram algo latente nesse período e estavam ligados às rixas e divergências com um conteúdo político mais amplo, associando propostas e ideias de liberdade e participação política ativa, mas

também questões ligadas ao mercado de trabalho⁴⁰ e por anos após a independência “batiam na mesma tecla dizendo que os velhos irmãos eram amigos-ursos”⁴¹.

No dia 9 de setembro, o Diário de Pernambuco já havia publicado uma carta assinada por O Acadêmico, que informava estarem os acadêmicos indo a um jantar no dia 6, celebrativo da independência na casa de um dos lentes da faculdade, quando foram atingidos por pedradas e na volta da mesma celebração foram atingidos por “um chuveiro de pedras!!!! Que dando nas ruas, paredes, e portas, e mesmo em algumas pessoas, excitou, um grande rancor e ódio, que só a lembrança do dia 7 foi capaz de aplacar!”. Segundo O Acadêmico, a intenção de escrever essa carta era mostrar que ainda há inimigos da independência, segundo ele “ainda há chumbo- Portugueses, que esperam pela antiga União como por d. Sebastião; e desgraçadamente alguns Brasileiros degenerados”.

Portugueses e brasileiros festejaram na noite do dia 6 no sítio do governador das armas e depois retornaram para as ruas do centro da cidade para continuar a celebração. Depois de saírem da casa do governador das armas, a Companhia da Boa Vista seguiu para o bairro de Santo Antônio. Ao passarem por algumas das igrejas do bairro foram recebidos pelas respectivas confrarias com grande aparato e repiques de sinos. Por último foram até o Pátio do Palácio, onde uma “sociedade de brasileiros” havia organizado uma iluminação na varanda e disposto duas bandas que tocaram até depois das onze da noite, e receberam as companhias que haviam festejado pelas ruas da cidade “com girândolas e demonstrações de prazer”⁴². Por volta das oito horas, chegou a Companhia do Recife, e por volta das onze e meia a da Boa Vista que veio depositar a Pirâmide. A companhia dos caixeiros voltou a marchar pelas principais ruas da cidade até a meia noite, quando chegaram à Praça do Comércio, onde fizeram soar os mesmos vivas.

A imagem construída pelos textos dos periódicos nos leva a acreditar que, durante a noite da véspera da festividade nacional, a paisagem da cidade ainda foi modificada pelos fogos do ar e girândolas. Durante toda a noite, era possível ver inumerável povo pelas ruas e tudo respirava alegria, as ruas estavam tomadas pelo entusiasmo e teria reinado a ordem por quase toda parte. Segundo o jornal o Constitucional os “incessantes Vivas, aplausos, fogos de artifício, música, hinos e outras demonstrações de amor, e respeito pelo Augusto e Imortal D. Pedro I”⁴³ duraram até o romper da alvorada do dia 7.

O Espectador Olindense escreveu uma carta ao Diário de Pernambuco informando sobre os festejos em Olinda. Segundo ele, os acadêmicos reuniram-se às sete horas, tendo à frente uma “bem arranjada Música” que formava, na opinião do correspondente, a mais

encantadora melodia, entoando diversos hinos constitucionais. Os jovens seguiam em marcha pelas ruas principais da cidade, parando nas portas dos conhecidos constitucionais, com inúmeros vivas ao fim dos quais improvisaram quadras e sonetos. Na esquina dos Quatro Cantos, seguidos por mais de 200 pessoas, foram alvos de duas pedradas, supostamente vinda do fundo do quintal da propriedade de um membro da Coluna. Segundo a correspondência foi difícil acomodar o grupo, mas nada teria ocorrido e a marcha teria seguido. Ao retornarem, foram atiradas duas pedras no mesmo lugar, tendo ferido uma senhora que “de sua janela acenava com um lenço, dando vivas a Independência e aos Acadêmicos”⁴⁴. Como não conseguiu se ter certeza de quem atirou, seguiu-se em clima festivo pelo resto da noite.

No dia 7, dia comemorativo à Independência do Brasil, “as Fortalezas salvaram ao amanhecer”,⁴⁵ Salvas de artilharia ao amanhecer eram parte dos ritos oficiais de comemoração dos dias de gala no Brasil Império. As bandas de músicas “nos bairros, que lhe foram destinados romperam a alvorada e correram as ruas”.⁴⁶ Ao menos em Olinda, as igrejas repicaram os sinos, em grande parte acompanhadas por girândolas. Ainda pela manhã, “houve grande parada”,⁴⁷ que foi assistida pelo presidente da província. Por volta das nove horas, outra Companhia encaminhou-se até a cadeia para levar esmolas aos presos pobres. Reuniram-se no Pátio do Carmo, de acordo com a descrição publicada no jornal O Constitucional, “numeroso Povo, que ia ser testemunha de um rasgo de beneficência.”⁴⁸ É importante lembrar que era comum nos periódicos do século XIX o uso do Povo com a inicial maiúscula referindo-se aos cidadãos com direitos políticos para diferenciar de povo, que referia-se aos homens livres pobres, libertos e escravos.⁴⁹

De acordo com uma conversa presenciada pelo autor da correspondência publicada no Diário de Pernambuco, que teria sido travada por dois homens chamados por ele de “absolutistas”, o presidente da província “mui contente acompanhou a súcia que foi a cadeia”.⁵⁰ O grupo levou salvas e bandejas com roupa destinada “aqueles desgraçados”, além de carroças com “muitas arrobas de carnes, galinhas, farinha, arroz, feijão, pão, frutas, etc, etc”⁵¹. As músicas e algumas autoridades da oficialidade, entre outras pessoas distintas, também participaram desse momento. Depois de “depositado tudo na Cadeia regressaram as suas casas”⁵².

É relevante pensar que, para “a nobreza e ‘homens de negócio’, a distribuição de esmolas era um tempo menor da festa, que até talvez os pusesse numa situação de embaraço”⁵³. Esse não foi o único momento de filantropia descrito pelo Diário de Pernambuco. No dia 8, uma “Sociedade de Brasileiros” que organizou um dos jantares que

ocorreu na noite do dia 7 serviu os mendigos da cidade com um “grande jantar” e concedeu esmola pecuniária.⁵⁴ Esses momentos de doações são um dos poucos em que se relata a presença dos grupos sociais menos favorecidos, mas, segundo Iara Carvalho, a parte da narrativa sobre o povo nos festejos geralmente aparece de forma abreviada⁵⁵

Às três da tarde, os moradores de Olinda foram ao Jardim Botânico com tabuleiros ricamente cobertos por ruas alcatifadas com folhas de pitanga. Seguiu-se de “um inúmero concurso de pessoas de todas as classes”⁵⁶, destacando a presença do juiz de paz da freguesia da Sé e de alguns vereadores e escrivães da cidade. Os acadêmicos reuniram-se em São Bento e, cerca de meia hora depois, passaram em forma militar, tendo à frente a música do Batalhão Miliciano da cidade.

No Recife, à noite, repetiu-se a iluminação da pirâmide que chamou todo o Povo à Boa Vista, onde também houve fogo; muita gente voltou da Ponte devido ao grande trânsito. Também houve teatro “onde, assim como em todos os outros lugares de ajuntamento se repetiram muitas peças Poéticas”⁵⁷. Também houve um novo jantar no Palácio do Governo, para o qual foram convidadas as autoridades e “pessoas de representação”. No dia 14 de setembro, foi publicado um comunicado relatando esse jantar, organizado pela Sociedade “composta por doze Brasileiros, amantes da Liberdade do seu país”, realizado no Palácio do Governo. Nos últimos dias de agosto, eles haviam pedido autorização para o que o presidente da província e o governador das armas liberassem as partes ocupadas por cada um para realização do festejo.

Tratava-se de um jantar para 139 convidados que começaram a chegar às três horas da tarde do dia 7. Entre eles estavam “as Autoridades da Província, Deputados Eleitos, Cônsules Estrangeiros, Empregados de mais representação, Militares, Negociantes, Lentes, Estudantes do Curso Jurídico, &c, &c”⁵⁸. Foram servidos de um *dezert* lindo e elegante onde foram dados mais de sete brindes, recitados elogios, sendo ao menos um publicado no Diário de Pernambuco do dia 15 de setembro.

Findo o jantar, foram ao teatro continuar o regozijo. A realização de espetáculos teatrais era um importante elemento das festas nesse período. De acordo com Silvia Cristina Martins de Souza, o teatro era “um dos espaços de manifestação cultural e de diversão pública mais significativos da cidade no decorrer do século XIX e um dos seus símbolos de 'civildade’”⁵⁹. As modificações no modo de vida, especialmente das classes dominantes, eram facilmente sentidas nesse mundo de exibição e sociabilidade que era o teatro. Uma peça de teatro bem executada podia ser um dos pontos altos dos festejos oficiais, depois dessas

poder-se-ia voltar para casa e por vários dias ainda lembrar-se dos espetáculos e da memória construída acerca dos eventos políticos.

Entretanto o Recife não contava com um teatro que estivesse de acordo com os novos ideais de civilidade que se buscavam implementar. Além dos problemas quanto à estrutura física desse ambiente, havia os problemas relativos ao público. Como afirma um poema de 1852 sobre o teatro do Recife da primeira metade do século XIX, conhecido popularmente como Capoeira:

E também por galhofeira,/Vi fazer grande inferneira,/Em bando de três e quatro/No pobre e velho Capoeira.
Apenas soava um péo,/Rompia um duro escarcéu,/Sem respeitar as famílias,/Nem da polícia as vigílias,/Andava tudo em boléo.
Nem o som da sinfonia,/Nem a cena da arrepia,/Nem o baiano dançado,/Nem o lundum bem chorado./Acalmava a gritaria.⁶⁰

Quem sabe o comportamento dos espectadores possa ter sido diferente nesse dia solene? Ao menos essa é a imagem que os relatos do Diário de Pernambuco buscam passar à população nos dias seguintes ao Sete de Setembro. Entretanto a imagem de uma festa organizada, civilizada, ordeira e que contou com grande parte da população, podia ser observada em um dos destaques das comemorações: a iluminação da cidade. “A iluminação funcionava como um sinal de regozijo público”⁶¹. A espontaneidade da iluminação é questionada por uma correspondência publicada no Jornal O Cruzeiro que relatava conversas que teria ouvido pelas ruas da cidade depois do festejo: “Porque se iluminou toda a Cidade espontaneamente. Eu se o fiz diz este, foi por pedido de um dos agentes da festa. Eu, responde o outro. Temi de ser notado por eles e receber algum ataque.”⁶²

Se duvidarmos da autenticidade dessa acusação, por ter sido publicada em um periódico que estava participando de uma campanha para desfazer a crença nas festas, um trecho de uma correspondência impressa no do Diário de Pernambuco pode nos levar a acreditar na acusação de seu opositor. Segundo a publicação, entre os que não deitaram luminária, “uns esconderam-se em casa, outros foram para os sítios”⁶³. Apesar de parte da população ter se eximido de participar desses festejos, e de talvez alguns terem participado sem acreditar na importância destes, os relatos publicados nos quatro periódicos mostram que esses foram dias que transformaram significativamente as ruas e a rotina da cidade.

3. Debates sobre os significados dos festejos da independência nos periódicos.

Parte significativa dos textos publicados nos jornais pernambucanos tinha por objetivo debater os significados da extraordinariedade das festas e, quem sabe, desconstruir possíveis benesses que os festejos poderiam possibilitar a quem os organizou. O grupo taxado de “republicano” teve êxito em conseguir organizar uma grande festa e essa foi uma importante estratégia de inserção nas tramas do poder. O redator e os correspondentes do O Cruzeiro buscaram estabelecer um outro sentido para a festa, que foi combatido pelos demais jornais. A disputa travada nos periódicos foi pensada no sentido de luta de classificações de Bourdieu:

...lutas pelo monopólio do poder de fazer crer, de fazer conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por essa via, de *fazer e desfazer os grupos*. O móvel de todas essas lutas é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão que, tão logo se impõe ao conjunto de um grupo, estabelecem o sentido e o consenso sobre o sentido...⁶⁴

O Cruzeiro começou uma campanha ainda no dia dedicado a Independência, publicando uma correspondência com uma crítica sobre a esmola pedida para realização dos festejos. O uso de correspondência assinadas por alcunhas era corriqueiro nos jornais da primeira metade do século XIX, muitas vezes os próprios editores eram responsáveis por essas publicações. O jornal O Constitucional fez uma série de acusações ao jornal O Cruzeiro em primeiro de outubro, entre elas estava a de que seus redatores “não cessão de apresentar debaixo do nome de correspondências suas nojentas opiniões”⁶⁵. As opiniões tão criticadas pelos periódicos do grupo adversário eram uma forma importante de buscar moldar a opinião pública.

As correspondências eram partes essenciais nos periódicos do século XIX e foram amplamente usadas nesse debate sobre os festejos. Boa parte dos textos sobre as festas, analisados por esse texto, foram publicados como correspondências, em sua maioria assinadas por alcunhas. No Jornal O Cruzeiro as alcunhas foram O Medroso e O Pateta das luminárias, O Espectador Sizudo, O Boqui-aberto e O Embirrado. Sendo duas correspondências nominalmente assinadas, uma por Jozé Antônio de Oliveira e outra por João Facundo da Silva Guimarães. Nos jornais do grupo ligado aos organizadores da festa as alcunhas foram: O Sora Lombrega, no O Constitucional; Acadêmico, O Constitucional Independente, O Espectador Olindense, O Independente e O Espectador Imparcial no Diário de Pernambuco e O Amigo de Trambolho na Abelha Pernambucana. Sendo uma assinada por Manoel da Fonseca.

Uma correspondência publicada pelo redator de O Cruzeiro, no dia 10 de setembro, assinada pelo Pateta das Luminárias, teve a intenção principal de questionar a extraordinariedade das comemorações do Sete de Setembro. A carta exultou a importância do dia, mas questionou os motivos de terem aparecido em todos os ângulos da cidade de tamanhas festividades. Se pela leitura dos relatos sobre os festejos a imagem construída foi a da grande adesão da população às comemorações, o *Pateta das Luminárias* buscou convencer os leitores de O Cruzeiro que muitos estranharam as dimensões tomadas pelas festas e algumas de suas peculiaridades. Em suas palavras:

Mas em fim não sou eu só a pensar deste modo. Todos os bons Pernambucanos perguntam: Que é isto? É coisa nova a Independência? Porque estas festividades depois de tantos anos? Porque nos anos passados se não praticou assim? Uns perguntam aos outros...⁶⁶

Apoiar suas críticas na opinião pública pode ter sido uma estratégia eficiente. Uma coisa é um anônimo criticar a festa, outra bem diferente era conseguir ser lido como o representante da opinião pública. Claro que não podemos afirmar se essa era de fato a fala dos “bons pernambucanos”, pois, muitas vezes, como afirma Darton, um texto “com o pretexto de expressar a opinião pública, visa moldá-la”⁶⁷.

Na carta foi tecida uma série de críticas à iconografia usada pelos que organizaram e participaram dos festejos, bem como sobre a atitude do deão Bernardo Luiz Moreira, um conhecido “revolucionário”, que, junto com outros padres, teria no Pátio de São Pedro saído de cruz alçada a dar vivas a uma súcia de mascarados que às onze horas da noite festejava carregando a efígie do Imperador. Sabemos que a religião era um aspecto muito importante para a sociedade do Brasil Imperial, uma acusação como essa envolvendo um símbolo sagrado do cristianismo deve ter corrido as ruas da cidade.

Nesse mesmo dia o Diário de Pernambuco ocupou a quase totalidade de seu número com as “descrições” dos festejos. Se pensarmos que, em um único dia, os dois principais jornais da cidade deram um destaque significativo a essas comemorações, é muito provável que esse fosse o principal assunto do Recife. Se, costumeiramente, as conversas sobre os impressos ocupavam parte importante do tempo dispensado nos espaços de sociabilidade, como os bancos da ponte da Boa Vista e as tavernas, no dia 10, não se devia falar em outra coisa.

Nessas conversas somava-se o lido com o vivido e muitos detalhes da festa deviam ser lembrados e analisados. Equívocos na descrição sobre o que se viu podiam levar as

descrenças nas acusações aos festejos. Ao que parece, as pessoas comentaram que não haviam visto o deão sair com a cruz alçada para receber o cortejo, e, talvez ao ler essa informação, algum dos festeiros tenha lembrado e afirmado que não se recordava de ter visto cruz nesse momento da festa e assim dado início a uma conversa que circulou pela cidade e que podia acabar por desacreditar as informações da carta publicada. Afinal,

... Jornais de grande circulação, tabloides, anúncios, horóscopos e canções sempre são objeto de uma atenção oblíqua ou dispersiva, que os lê ou compreende com prazer e desconfiança, ao mesmo tempo fascinada e distante. A crença e a descrença andam juntas, e a aceitação da verdade naquilo que se lê ou ouve não diminuiu as dúvidas fundamentais acerca dessa suposta autenticidade....”⁶⁸

Tal situação possivelmente gerou a necessidade de retratação do Pateta das Luminárias, que dois dias depois publicou uma pequena nota que não havia visto a cruz, mas apenas o deão de roquete e murça e por isso havia deduzido que estaria adiante uma cruz. O ataque ao comportamento do deão foi rebatido em uma carta publicada no dia 21 de setembro, no Jornal O Constitucional, que buscou trazer à opinião pública o fato de que era comum o clero sair para receber as autoridades na porta da igreja em ocasiões festivas e com isso tentar desacreditar as críticas tecidas pelas publicações do O Cruzeiro.

O Pateta das Luminárias finalizou sua carta renunciando a reação dos periódicos opositores: “creio, que esta minha carta vai atrair a maldição dos Jornais da liberdade”⁶⁹. Conhecendo o quadro de disputas que se instaurou em 1829, podemos até dizer que essa era uma previsão fácil de ser feita. Especialmente, se pensarmos que tais festejos foram uma estratégia para inserção de um grupo na construção do Estado Nacional. Os seus opositores ligados à Sociedade Colunas do Trono e do Altar precisavam abalar a crença nos festejos construídos, que, pelo número e conteúdo dos relatos, devem ter sido um sucesso, enquanto prática cultural. Mas era preciso evitar outros sucessos aos organizadores, e quem sabe evitar a entrada de outros membros nos círculos de poder.

Possivelmente as festas eram formas de esses homens participarem do poder por outras vias. Como analisa Hendrik Kraay, os rituais cívicos também eram “espaços nos quais os inconformados com a ordem existente podem fazer reivindicações públicas”⁷⁰. Era importante assegurar que a imagem que se espalhasse sobre os festejos estivesse de acordo com os ideais almejados. Afinal, por mais que se exalte a grande participação da população, muitos devem ter tomado conhecimento dessas comemorações pelo que ouviram falar ou leram nos periódicos.

No dia 15 de setembro, o jornal *Abelha Pernambucana* publicou uma longa defesa que ocupa duas folhas e meia das quatro do seu número. Nela, os extraordinários festejos são associados ao “Patriotismo e Nacionalidade” dos pernambucanos, como pode ser observado no seguinte trecho do editorial:

...Foi para solenizá-lo, (não como Ele deve ser festejado, porque faltassem meios e forças aos Pernambucanos para o fazer em proporção dos seus sentimentos patrióticos; mas como lhes foi possível) foi para solenizá-lo que projetaram e apresentaram em público os festejos do dia 6 e 7, decorridos na maior efusão de prazer, e sentimentos verdadeiramente patrióticos, na mais perfeita harmonia, paz, e sossego público....⁷¹

Além de exaltar o patriotismo como motivador da intenção de realização dos festejos, o autor enfatiza que esses ocorreram sem desrespeitar a ordem e tranquilidade pública, pontos centrais das medidas tomadas pelo Estado, especialmente quanto ao controle da população e um dos argumentos mais utilizados para controlar as formas de festejar do período.

O redator do jornal, para reforçar seu argumento, afirmou que em outros locais os festas cívicos também eram celebrados com pompa e circunstância, citando como comparação os dos norte americanos e dos franceses. Os locais citados pelo editor são essenciais para o liberalismo⁷², importante ideologia política da época. A França, era, ainda, um dos principais referenciais da “civilidade” que se buscava implementar na nova nação. Segundo o redator do *Diario de Pernambuco*, na França a comemoração dos dias nacionais tem a intenção de “perpetuar a memória deles nos ânimos e corações das gerações futuras”.⁷³ Possivelmente quis com essa assertiva difundir essa lógica comemorativa para os festejos locais.

No dia 16, o *Diario de Pernambuco* publicou uma carta assinada pelo *O Constitucional Independente*, que se inicia com uma série de indagações sobre os acontecimentos excepcionais na celebração do dia Sete de Setembro.

Senhor Editor- Estamos perdidos! Que querem os Farroupilhas? Onde vai parar o sofrimento da gente de bem? Que significam estas alegrias? Estas luminária? Estes fogos do ar? Estas músicas? Estes vivas? Estas Pirâmides? Estes jantares? Todas estas cousas nunca vistas?⁷⁴

Dentre as perguntas da carta, uma insere um termo polêmico na época para indagar sobre as intenções dos organizadores: o termo “Farroupilha”, que tinha um tom fortemente depreciativo, associado à pobreza⁷⁵, também era associado aos liberais exaltados⁷⁶. Uma outra crítica da carta foi a de que uma das bandas militares foi criticada, por querer, em sua execução em homenagem a Independência do Brasil, destoar do tipo de música que se

esperava ser tocada nesse dia. Segundo a crítica publicada no Diário de Pernambuco, “preparou-se a Música de certo Corpo (o da Artilharia, ouviu!) para tocar por achincalhe uma composição das quadras de Candomblé nesse dia, e não sei, se chegou a tocar”⁷⁷. Para quem escreveu a carta, não seria algo adequado se executar tal tipo de música em um dia em que a população das diversas regiões do Brasil reunia-se para comemorar o status de Estado Independente.

Infelizmente, por meio do texto publicado no Diário de Pernambuco, não foi possível definir como era a música preparada pelo Corpo de Artilharia ou o que significava quadras de Candomblé em Pernambuco no século XIX. Meses antes do festejo, o jornal Amigo do Povo definiu esse termo para os pernambucanos: “Candomblé= É na Bahia no lugar chamado Cabula: ali é que os escravos, e as meretrizes iam tomar ventura levadas por uma impostora de nome Nicacia. É o mesmo que a Cruz do Patrão em Pernambuco”⁷⁸. A Cabula era um distrito rural da Bahia onde a “adivinha-curandeira”⁷⁹ morava e onde segundo João José Reis ia muita “gente de várias qualidades” procurá-la para “adivinhar e propiciar a sorte”⁸⁰. Prática semelhante à descrita pelo jornal e muito presente nas religiões afro-brasileiras.

Ao aproximar o som planejado para a festa de uma religião característica dos escravos e “gente de cor” da cidade, possivelmente queria criticar e mesmo depreciar o som executado pela banda de música do Corpo de Artilharia, posto que, para os que formavam a elite daquela sociedade, os costumes das camadas populares, especialmente dos escravos, eram comumente associados à barbárie. Também é preciso considerar, como afirma Chartier, que não é tão simples sobrepor clivagens sociais e diferenças culturais, “existem antes circulações fluidas, práticas compartilhadas, diferenças indistintas”⁸¹

Depois de reproduzir as críticas, o autor esclarece que elas foram fruto de uma conversa, por ele presenciada, entre dois absolutistas. Era comum que as publicações ligadas ao Diário de Pernambuco acusar seus adversários de absolutistas. Se essa conversa existiu, será que ela foi travada entre dois adversários do autor, ou essas críticas haviam se espalhado pela população da cidade? Os protagonistas das discussões sobre os festejos eram os membros dos grupos que disputavam o poder na região e que tinham como porta-voz os seus periódicos, mas dificilmente acreditamos que a conversa sobre as festas tenham se limitado a esse restrito grupo. É importante salientar que

...A circulação de palavras – faladas, manuscritas ou impressas- não se fechava em fronteiras sociais e perpassava amplos setores da sociedade que se tornava brasileira e não ficava estanque a um círculo de letrados, embora

estes, também tocados por contradições e diferenças, detivessem o poder de produção e leitura direta da imprensa.⁸²

Na parte final da carta, optou por construir uma narrativa, buscando desacreditar a legitimidade de tais conversas. Mas qual o motivo de um jornal publicar críticas feitas aos festejos por ele defendidos? O autor possivelmente tentou canalizar essas conversas que buscavam desagregar valor às comemorações cuidadosamente realizadas na véspera e no dia da independência.

Essas conversas deveriam ser uma constante pelas ruas da cidade e podiam estar abalando as crenças nos grandiosos espetáculos construídos e, portanto, seria necessário tentar responder às perguntas lançadas para poder reafirmar o dito pelas festas. Como afirma Chartier, “as práticas de apropriação sempre criam usos ou representações muito pouco redutíveis aos desejos ou às intenções daqueles que produzem os discursos e as normas”⁸³. Era importante reafirmar a mensagem de apoio à independência e de fidelidade ao Estado Nacional construída pelas celebrações.

Ainda na correspondência do Constitucional Independente: “Perguntam, por que se festeja a Independência agora, que já está segura: é para que eles conheçam a opinião de Pernambuco, sem que nos importem seus insultos, suas mentiras, seus desaforos”. No dia 24, uma correspondência assinada pelo “O Independente” publicada no Diário de Pernambuco aponta como motivo para extraordinários festejos a ação da Coluna, seus ferrenhos opositores, na Província.

No dia 18, uma carta assinada pelo O Boqui-aberto foi publicada no jornal O Cruzeiro questionando o fato de os estudantes terem complementado um dos brindes que fizeram ao Imperador com: enquanto constitucional. O debate sobre ser justo ou não o complemento ao brinde também foi motivo de publicações nos periódicos. “Ser constitucional não era apenas um artifício de retórica. Ser constitucional era claramente uma opção dentro de um mundo em que existiam outras opções”⁸⁴ políticas. Ademais a popularidade de d. Pedro I vinha sendo abalada nesse final da década de 1820.

No dia 9 de outubro, o jornal Abelha Pernambucana publicou mais de um mês depois dos festejos uma ode recitada no jantar dos acadêmicos com alusão a nomes importantes das disputas políticas, como Frei Caneca e Cipriano Barata, nomes importantes da liderança dos liberais exaltados da província e duramente perseguidos pelo Estado Nacional. As críticas e publicações sobre as comemorações do Sete de Setembro praticamente desapareceram dos periódicos depois do dia 12 de outubro, celebrativo à aclamação de D. Pedro I. Mas ainda no

dia 31 de outubro o Diário de Pernambuco faz referência aos extraordinários festejos alusivos à Independência, reafirmando o grande esforço empreendido pelos seus adversários em “envenenar a nobre empresa e doce união dos dias 6 e 7 de Setembro”. Nas palavras do comunicado publicado “muito pouco nos importa, que irritantemente continuem nos seus costumes aleivos e a defender boatos vagos, que nós continuaremos a suavizar por demonstrações puramente Imperiais Constitucionais”.

Não se pode precisar quando essa festa deixou de ser alvo de disputas nas ruas de Pernambuco, mas esse longo debate dos periódicos é um importante indicativo da centralidade das festas cívicas para a sociedade do período. É importante considerar que, além desses significados atribuídos pelo debate da imprensa, há de ter se criado inúmeros outros pelos festeiros de 1829. Especialmente se pensarmos o festejar, de forma semelhante a que Chartier pensa a prática de leitura, uma “prática criativa que inventa significados e conteúdos singulares, não redutíveis às intenções dos autores”⁸⁵. Podemos mesmo dizer que cada festa é dotada de tantas possibilidades, quanto permite a criatividade dos que delas participam.

4. Considerações finais

As festas cívicas, em especial os festejos pela independência do país, foram um ponto fundamental na construção do Estado Nacional. Foram fortemente influenciadas pela conjuntura do período e fizeram parte da afirmação dos poderes de um Pernambuco em ebulição. A julgar pela leitura dos debates publicados nos periódicos, os extraordinários festejos do ano de 1829 modificaram o cotidiano e foram uma estratégia importante no jogo de forças provincial.

As pessoas aproveitavam esses festejos para organizar laços de sociabilidade e tecer identidades que influenciaram a forma com que a sociedade Oitocentista se organizou. Os debates dos periódicos nos permitiu analisar sobre a festa organizada, mas também possibilitou uma reflexão sobre o papel social da festa e as leituras possíveis do acontecimento pelos que estavam diretamente envolvidos.

Escrevi sobre algumas leituras possíveis dos festejos comemorativos ao Sete de Setembro realizados em 1829, bem como sobre as publicações que envolveram tal acontecimento nos periódicos pernambucanos, com base na leitura crítica das fontes, no contexto do período e na historiografia, entretanto ciente de que os leitores da época podem

ter tido outras leituras das festas e das publicações nos periódicos, afinal, como afirma Robert Darton, “a nossa relação com tais textos não pode ser a mesma dos leitores do passado”⁸⁶.

¹CARVALHO, Iara, *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo — 1780-1831*. São Paulo: UNESP, 1999, p.256

²Lei de 9 de Setembro de 1826, Coleção de Leis do Império do Brasil - 1826 Página 7 Vol. 1 disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38600-9-setembro-1826-567169-publicacaooriginal-90570-pl.html>

³Durante o processo de independência, D. Pedro I viajou para algumas partes do Brasil, buscando colaborar com a definição do Brasil como país independente, em uma dessas viagens realizadas em 1822, foi a São Paulo para travar e fincar alianças políticas, além de resolver problemas com as tropas. O famoso ato da independência à beira do Ipiranga que consistiu no famoso grito de “Independência ou morte”, em jogar fora o laço azul português que trazia no chapéu, desembainhar a espada e fazer um juramento de honra, compor um hino e ordenar o uso da fita verde com a legenda “Independência ou Morte”. Ver: CARVALHO, Iara, *Op. Cit.*, pp.237-256

⁴KRAAY, Hendrik. “Sejamos brasileiros no dia da nossa nacionalidade”: comemorações da Independência do Rio de Janeiro, 1840-1864 in: TOPOI, v.8, n.14 2007,p.10.

⁵Diario de Pernambuco, 14/09/1829

⁶CHARTIER, Roger. O leitor entre limitações e liberdade e A leitura entre a falta e o excesso. In: _____ .*A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora Unesp/ Imprensa Oficial do Estado, 1999, pp. 75-114. p.77

⁷MOREL,Marco. Da Gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil. In: NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (org.). *Livros e Impressos. Retratos do setecentos e do oitocentos*. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2009, p.153-184. p. 153

⁸KRAAY, Hendrik. Nação, Estado e política popular no Rio de Janeiro: festas cívicas depois da Independência. In: PAMPLONA, Marco Antônio; DOYLE, Dan (Org.). *Nacionalismo nas Américas*. Rio de Janeiro: Record, 2008, pp.329-354. pp.331-332

⁹FELDMAN, Ariel Guerra aos extremos: polarização política em Pernambuco e a defesa do princípio de soberania nacional (1829-1831). Almanack, Guarulhos: UNIFESP, n.7,pp. 39 a 58, 2014. p.40

¹⁰De acordo com Feldman (2014) houveram eleições para juízes de paz, vereadores, membros do Conselho Geral de Província e para deputados à Assembleia geral.

¹¹Afogados é uma região “popular”, local de fronteira entre as plantações e a cidade e moradia de muita gente modesta. Ao chegarem a Vitória de Santo Antão estavam com cerca de oitenta homens, depuseram as autoridades locais, soltaram os presos da cadeia, se apoderaram das armas e tentaram instalar um governo revolucionário, fracassaram e fugiram para o sertão. Sobre a República de Afogados, ver: CARVALHO, A Vossa Senhoria (...) incumbe a destruição de quilombos”: juízes de paz, quilombolas e noções de ordem e justiça no primeiro reinado in: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro e SILVA, Giselda Brito da. (org) *Ordem & Polícia: controle político- social e as formas de resistência em Pernambuco nos séculos XVII ao XX*. Recife, Ed. Universitária da UFRPE, 2007., passim. e CARVALHO, “ Aí Vem o Capitão Mor” As eleições de 1828-30 e a questão do poder local no Brasil Imperial. *Tempo- UFF- Departamento de História*. Vol 7 n/1 Rio de Janeiro: Sette Letras. 2002, passim.

¹²Foi realizada uma devassa dos pasquins na qual foram presos seis homens acusados de promover, por meio da palavra escrita, ataques contra o presidente e o comandante das armas. FELDMAN, Ariel. *Guerra aos extremos.. Op. Cit.* p.41

¹³*Ibid*, p.42

¹⁴FELDMAN, Ariel. *Espaço público e formação do Estado Nacional brasileiro: a atuação política do Padre Carapeuceiro (1822 a 1852)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013 (História, Tese de doutorado) p. 13

¹⁵FELDMAN,Ariel. *Guerra aos extremos:Op. Cit.* p.40

¹⁶Diario de Pernambuco 03.09.1829

¹⁷O Cruzeiro 07.09.2014

¹⁸Cruzeiro 14.08.1829

- ¹⁹ CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. In:_____. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002 pp.61-78., p. 73
- ²⁰ O Diário de Pernambuco no mesmo dia publicou na primeira folha dois sonetos em homenagem à independência, os números sorteados na loteria do dia 3 e um anúncio de uma comédia que seria representada no teatro no dia 08 de setembro.
- ²¹ O Cruzeiro 07.09.1829
- ²² Diário de Pernambuco 11.09.1829
- ²³ Houve um significativo crescimento populacional; em 1828, a população dos bairros centrais de Recife era de 25.678 habitantes e saltou para 40. 977 em 1856. Segundo Marcus Carvalho (2003, p.44), “somada esta população aos moradores dos subúrbios haveria uns cem mil habitantes em torno do eixo Recife/Olinda por volta da metade do século”. CARVALHO, Marcus J. M. De portas a dentro e de portas a fora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850. *Afro-Ásia*, Salvador-BA, v. 1, n. 30, p. 41-78. 2003, p.44. Apesar desse aumento no número de pessoas que moravam na cidade, segundo Bruno Câmara “as pessoas se conheciam relativamente bem e se relacionavam de alguma forma, provavelmente devido à proximidade dos bairros centrais”. CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. *Trabalho Livre no Brasil Imperial: o caso dos caixeiros na época da Insurreição Praieira*. Recife. Dissertação de Mestrado- UFPE. 2005 p.128
- ²⁴ Diário de Pernambuco 10.09.1829
- ²⁵ O Constitucional 10.09.1829
- ²⁶ LOPES, Emílio Carlos Rodrigues. *Festas Públicas, Memória e Representação: Um estudo sobre manifestações políticas na Corte do Rio de Janeiro, 1808-1822* São Paulo: Humanitas.2004 pp.303 a 312
- ²⁷ *Ibid.* p.317
- ²⁸ Diário de Pernambuco 10.09.1829
- ²⁹ CHARTIER, Roger. Preâmbulo. In:_____. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004, pp.7-20., p. 12
- ³⁰ Abelha Pernambucana 15.09.1829
- ³¹ O Cruzeiro 10.09.1829
- ³² Diário de Pernambuco 10.09.1829
- ³³ O tope nacional era, de acordo com Hendrik Kraay, “uma insígnia na forma de uma flor com um triângulo amarelo e o mote de ‘Independência ou morte’”KRAAY, Hendrik. Nação, *Op.Cit.*, p.344
- ³⁴ Abelha Pernambucana 15.09.1829
- ³⁵ Diário de Pernambuco 10.09.1829
- ³⁶ KRAAY, Hendrik. Alferes Gamboa e a Sociedade Comemorativa da Independência do Império, 1869-1889. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2011, vol.31, n.61, pp. 15-40. ,p.18
- ³⁷ Diário de Pernambuco 10.09.1829
- ³⁸ Diário de Pernambuco 10.09.1829.
- ³⁹ BOURDIEU, Pierre. A linguagem autorizada: as condições sociais da eficácia do discurso ritual In:_____. *A economia das trocas linguísticas. O que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1996, pp.85-96. p.93
- ⁴⁰ RIBEIRO, Gladys Sabina. As noites das garrafadas: Uma história entre outras de conflitos antilusitanos e raciais na Corte do Rio de Janeiro em 1831. *Luso-Brazilian Review*, Vol. 37, No. 2, Special Issue: State, Society, and Political Culture in Nineteenth-Century Brazil (Winter, 2000), p 60 e p.66
- ⁴¹ RIBEIRO, Gladys Sabina. O desejo da liberdade e a participação de homens livres pobres e "de cor" na Independência do Brasil. *Cad. CEDES* [online]., vol.22, n., pp. 21-45, 2002.p. 29
- ⁴² Diário de Pernambuco 14.09.1829
- ⁴³ O Constitucional 10.09.1829
- ⁴⁴ Diário de Pernambuco 22.09.1829
- ⁴⁵ Diário de Pernambuco 10.09.1829
- ⁴⁶ Diário de Pernambuco 10.09.1829
- ⁴⁷ Diário de Pernambuco 10.09.1829
- ⁴⁸ O Constitucional 10.09.1829
- ⁴⁹ Ver: RIBEIRO, Gladys Sabina. O desejo da liberdade *Op.Cit.* p.31 e p.41
- ⁵⁰ Diário de Pernambuco 16.09.1829
- ⁵¹ Diário de Pernambuco 10.09.1829
- ⁵² Diário de Pernambuco 10.09.1829
- ⁵³ PAIVA, José Pedro Etiqueta e cerimônias públicas na esfera da Igreja (séculos XVII-XVIII). in: JANCSÓ, Istvan; KANTOR, Iris. (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001., p.87
- ⁵⁴ Diário de Pernambuco 14/09/1829

- ⁵⁵ Iara Carvalho ao analisar as Relações das Festas afirma que os periódicos da década de 1820 guardam um diálogo enviesado com esse tipo de texto quando vão publicar sobre as festas, e nesse tipo de texto a narração sobre o povo era abreviada. Ainda que em alguns momentos se faça referência à participação de todas as classes não se detalha SCHIAVINATTO, Iara Lis Entre os manuscritos e os impressos. In: Leite, Monica; Fonseca, Silvia C P de B. (Org.). *Entre a Monarquia e a República*. Imprensa, pensamento político e historiografia. 1822-1889. Rio de Janeiro: UERJ, 2008 pp.13 a 33. pp.21,22
- ⁵⁶ Diário de Pernambuco 22.09.1829
- ⁵⁷ Diário de Pernambuco 10.09.1829
- ⁵⁸ Diário de Pernambuco 14.09.1829
- ⁵⁹ SOUZA, Silvia Cristina Martins de. Cada noite, cada lei: políticas públicas e teatro no Rio de Janeiro do século XIX in: *Dimensões*-Revista de História da Ufes. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, nº17, 2005., p.36
- ⁶⁰ COSTA, F.A. Pereira da. *Anais Pernambucanos* Recife: Arquivo Publico Estadual, 1951-1966 volume 1852
- ⁶¹ CARVALHO, Iara Lis Franco Schiavinatto. Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo — 1780-1831. São Paulo: UNESP, 1999,p.225
- ⁶² Cruzeiro 10.09.1829
- ⁶³ Diário de Pernambuco 16.09.1829
- ⁶⁴ BOURDIEU, Pierre. A força da representação. In: _____.A economia das trocas linguísticas. O que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996, pp. 107-116. p. 108
- ⁶⁵ O Constitucional 01.10.1829
- ⁶⁶ Cruzeiro 10.09.1829
- ⁶⁷ DARNTON, R. Livros de sucesso e revolução. In: _____. *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp.162-196. p.186
- ⁶⁸ CHARTIER, Roger. Textos, impressões e leituras. In: Lynn Hunt (org.). *A nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, pp.211-238.p.235
- ⁶⁹ O Cruzeiro 10.09.1829
- ⁷⁰ KRAAY, Hendrik. Nação, *Op.Cit.*, p.331
- ⁷¹ Abelha pernambucana 15.09.1829
- ⁷² Entende-se liberalismo nesse trabalho como “uma abrangente concepção do Estado” um vocábulo que esconde diversas possibilidades. Essa influência europeia não chegou incólume ao Brasil, pois o que chamamos de liberalismo brasileiro definiu-se devido a uma leitura das elites em prol de seus interesses e de uma realidade nacional. FERRAZ, Socorro. *Liberais & liberais: guerras civis em Pernambuco no século*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996, p. 55
- ⁷³ Abelha pernambucana 15.09.1829
- ⁷⁴ Diário de Pernambuco 16.09.1829
- ⁷⁵ Segundo o dicionário de Antônio Morais significava pessoas esfarrapadas.Disponível em:<<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/1%2C2%2C3%2C4/farroup%C3%ADlha>>, segundo o dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto significa vestido de farrapos. Disponível em:<<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/3/farroupilha>>
- ⁷⁶ MOREL, Marco *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820 - 1840)*. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2005, pp116-117
- ⁷⁷ LAPEH Diário de Pernambuco 16.09.1829
- ⁷⁸ Biblioteca Nacional-Hemeroteca Digital O Amigo do Povo 27/06/1829 disponível em:<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=xx0719&pasta=ano%20182&pesq=candomble>>
- ⁷⁹ REIS, João José, Dono da Terra Chegou, Cento e Cincoenta Acabou ? Notas sobre Resistência e Controle dos Escravos na Bahia, que Recebeu a Família Real em 1808 .*Revista USP*, v. 79, p. 106-117, 2008REIS, 2008,p.116
- ⁸⁰ *Ibid.* p.116
- ⁸¹ CHARTIER, Roger. Preâmbulo. *Op.Cit.*, p.88.
- ⁸² MOREL,Marco. Da Gazeta *Op. Cit.* p.163
- ⁸³ CHARTIER, Roger. Textos, *Op.Cit.* pp. 223-234
- ⁸⁴ FELDMAN,Ariel. *Guerra aos extremos:Op. Cit.*,p. 45
- ⁸⁵ CHARTIER, Roger. Textos, *Op.Cit.*, p.214
- ⁸⁶ DARNTON, R. O que é a história do livro? Revisitado. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 10, n. 16, p.155-170, 2008 p.147.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. A força da representação. In:_____.A economia das trocas linguísticas. O que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996, pp. 107-116.
- BOURDIEU, Pierre. A linguagem autorizada: as condições sociais da eficácia do discurso ritual In:_____. *A economia das trocas linguísticas*. O que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996, pp.85-96.
- CARVALHO, Iara, *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo — 1780-1831*. São Paulo: UNESP, 1999.
- CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. In:_____. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002 pp.61-78.
- CHARTIER, Roger. O leitor entre limitações e liberdade e A leitura entre a falta e o excesso. In: _____ *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora Unesp/ Imprensa Oficial do Estado, 1999.
- CHARTIER, Roger. Preâmbulo. In:_____. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004, pp.7-20.
- CHARTIER, Roger. Textos, impressões e leituras. In: Lynn Hunt (org.). *A nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, pp.211-238
- COSTA, F.A. Pereira da. *Anais Pernambucanos* Recife: Arquivo Publico Estadual, 1951-1966 volume 1852.
- DARNTON, R. Livros de sucesso e revolução. In:_____. *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp.162-196.
- DARNTON, R. O que é a história do livro? Revisitado. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 10, n. 16, p.155-170, 2008.
- FELDMAN, Ariel. *Espaço público e formação do Estado Nacional brasileiro: a atuação política do Padre Carapuceiro (1822 a 1852)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013 (História, Tese de doutorado).
- FELDMAN, Ariel. Guerra aos extremos: polarização política em Pernambuco e a defesa do princípio de soberania nacional (1829-1831). Almanack, Guarulhos: UNIFESP, n.7,pp. 39 a 58, 2014.
- KRAAY, Hendrik. Alferes Gamboa e a Sociedade Comemorativa da Independência do Império, 1869-1889. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2011, vol.31, n.61, pp. 15-40.
- KRAAY, Hendrik. Nação, Estado e política popular no Rio de Janeiro: festas cívicas depois da Independência. In: PAMPLONA, Marco Antônio; DOYLE, Dan (Org.). *Nacionalismo nas Américas*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

- KRAAY, Hendrik. “Sejamos brasileiros no dia da nossa nacionalidade”: comemorações da Independência do Rio de Janeiro, 1840-1864 in: TOPOI, v.8, n.14 2007.
- LOPES, Emílio Carlos Rodrigues. *Festas Públicas, Memória e Representação: Um estudo sobre manifestações políticas na Corte do Rio de Janeiro, 1808-1822* São Paulo: Humanitas, 2004.
- MOREL, Marco. Da Gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil. In: NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (org.). *Livros e Impressos. Retratos do setecentos e do oitocentos*. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2009.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820 - 1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- PAIVA, José Pedro Etiqueta e cerimônias públicas na esfera da Igreja (séculos XVII-XVIII). in: JANCSÓ, Istvan; KANTOR, Iris. (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001.
- REIS, João José, *Dono da Terra Chegou, Cento e Cincoenta Acabou ? Notas sobre Resistência e Controle dos Escravos na Bahia, que Recebeu a Família Real em 1808* .*Revista USP*, v. 79, p. 106-117.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. As noites das garrafadas: Uma história entre outras de conflitos antilusitanos e raciais na Corte do Rio de Janeiro em 1831. *Luso-Brazilian Review*, Vol. 37, No. 2, Special Issue: State, Society, and Political Culture in Nineteenth-Century Brazil (Winter, 2000).
- RIBEIRO, Gladys Sabina. O desejo da liberdade e a participação de homens livres pobres e "de cor" na Independência do Brasil. *Cad. CEDES* [online]., vol.22, n., pp. 21-45, 2002.
- SOUZA, Silvia Cristina Martins de. Cada noite, cada lei: políticas públicas e teatro no Rio de Janeiro do século XIX in: *Dimensões-Revista de História da UFES*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, nº17, 2005.